

PROJETO DE LEI N.º 1.979, DE 2022

(Do Sr. Luis Miranda)

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Informata - que engloba todos os profissionais de Informática.

DESPACHO:

APENSE-SE À(AO) PL-3065/2015.

APRECIAÇÃO:

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

PUBLICAÇÃO INICIAL Art. 137, caput - RICD

CAMARA DOS DEPUTADOS



PROJETO DE LEI Nº , DE 2022

(Do Sr. LUIS MIRANDA)

Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de Informata - que engloba todos os profissionais de Informática.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É livre, em todo o território nacional, o exercício das atividades relacionadas com a Informática, observadas as disposições desta Lei.

- Art. 2º O termo generalista Informata poderá ser utilizado em todo o território nacional para referir-se a todas as especialidades exercidas pelos profissionais de Informática, tais como:
- I Analista de Sistemas, Analista de Requisitos, Analista
 Programador, Analista Desenvolvedor;
- II Analista de Tecnologia da Informação (ou Analista de TI),
 Analista de Suporte;
 - III Arquiteto de Sistemas, Arquiteto de Software;
- IV Analista de Banco de Dados, Administrador de Banco de Dados, Analista de Dados;
 - V Desenvolvedor, Programador, Operador;
- VI Técnico de Informática, Tecnólogo em Processamento de Dados, Monitor de Centro de Processamento de Dados, Instrutor de Informática;
 - VII e especialidades correlatas.
- Art. 3º Poderão exercer a profissão de Informata e suas especialidades no País:





CAMARA DOS DEPUTADOS

os possuidores de diploma de nível superior em cursos relaciona formática como Análise de Sistemas, Ciência da Computação, Engenharia da Computação, Processamento de Dados, Sistemas de Informação, Tecnologia da Informação, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Engenharia de Software ou equivalentes, expedido por estabelecimentos de ensino superior, escolas oficiais ou reconhecidas;

 II – os possuidores de diploma de nível superior em cursos politécnicos, cursos de especialização ou técnicos relacionados à Informática em estabelecimentos de ensino superior, escolas oficiais ou reconhecidas;

III – os possuidores de diploma de pós-graduação, mestrado ou doutorado, em estabelecimentos de pós-graduação, escolas oficiais ou reconhecidas, permitindo-lhes a qualquer tempo o gozo pleno dos direitos a que se refere esta Lei;

IV – os diplomados em estabelecimentos de ensino superior ou estabelecimentos de ensino estrangeiros reconhecidos pelas leis de seu País e que revalidarem seus diplomas de acordo com a legislação em vigor;

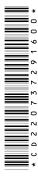
V – os possuidores de certificação nacional ou internacional em tecnologias específicas relacionadas à Informática, expedidas por estabelecimentos de ensino, centros de treinamento físicos ou virtuais e que à data de publicação desta lei, tenham exercido funções relacionadas à Informática pelo o período mínimo de um ano;

VI – os que embora não diplomados ou sem certificados em cursos relacionados à Informática, nos termos dos incisos I a V deste artigo, à data da publicação desta lei, tenham exercido funções relacionadas à Informática durante o período mínimo de um ano.

VII – os possuidores de diploma de ensino médio ou equivalente, de curso Técnico em Informática ou de Programação de Computadores, expedido por estabelecimentos de ensino, oficiais ou reconhecidos;

VIII – os diplomados em estabelecimentos de ensino médio ou equivalente em escolas estrangeiras reconhecidas pelas leis de seu País e que revalidarem seus diplomas de acordo com a legislação em vigor;





CAMARA DOS DEPUTADOS

X – os que embora não diplomados ou sem certificados em cursos té elacionados à Informática, nos termos dos incisos VI, VII a VIII deste artigo à data da publicação desta lei, tenham exercido funções relacionadas à Informática durante o período mínimo de um ano.

Art. 4º As atividades e atribuições da profissão de Informata de que trata esta Lei, sem prejuízo de outras profissões regulamentadas, consistem em:

- I planejamento, coordenação e execução de projetos de sistemas de informação, como tais entendidos os que envolvam o processamento de dados ou utilização de recursos de informática e automação;
- II elaboração de orçamentos e definições operacionais e funcionais de projetos e sistemas para processamento de dados, informática e automação;
- III definição, estruturação, teste e simulação de programas e sistemas de informação;
- IV elaboração e codificação de programas, desenvolvimento de softwares e sites;
- V modelagem de dados, elaboração de projeto de banco de dados, análise de dados;
- VI elaboração de estudos de viabilidade técnica e financeira para implantação de projetos e sistemas de informação, assim como máquinas e aparelhos de informática e automação;
- VII fiscalização, controle e operação de sistemas de processamento de dados que demandem acompanhamento especializado;
- VIII suporte técnico, treinamento e consultoria especializada em informática e automação;
- IX elaboração de estudos, análises, avaliações, vistorias,
 pareceres, perícias e auditorias de projetos e sistemas de informação;





CAMARA DOS DEPUTADOS

departar seções, serviços, grupos ou setores atinentes à atuação do profissional de Informática, em empresas públicas ou privadas.

XI – ensino, pesquisa, experimentação e divulgação tecnológica;

XII – difusão de conhecimentos da área de Informática, orientando trabalhos técnicos, ministrando palestras, seminários e cursos, organizando eventos técnicos, treinando especialistas e técnicos;

XIII – realização de qualquer outra atividade que, por sua natureza, esteja incluída no âmbito de suas profissões.

Parágrafo único. É privativa do Informata a responsabilidade técnica por projetos e sistemas para processamento de dados, informática e automação, assim como a elaboração de laudos, relatórios, documentação técnica ou pareceres técnicos.

Art. 5º Ao responsável pela elaboração de plano, projeto, sistema ou programa é assegurado o direito de acompanhar a sua execução e implantação, para garantir a sua realização conforme as condições, especificações e detalhes técnicos estabelecidos.

Art. 6º A jornada de trabalho dos profissionais de que trata esta Lei não excederá 40 (quarenta) horas semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Parágrafo único. A jornada de trabalho dos profissionais de Informática submetidos a atividades que demandem esforço repetitivo será de 20 (vinte) horas semanais, não excedendo a 5 (cinco) horas diárias, já computado um período de 15 (quinze) minutos para descanso.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO





CAMARA DOS DEPUTADOS

reaprese do PL nº 5.487, de 2013, de autoria do Deputado Antônio Carlos Mendes Thame, que foi apresentado no dia 30 de abril de 2013 e arquivado, a pedido do autor, em 18 de julho do mesmo ano. Desconhecemos as razões do arquivamento, pois entendemos a proposição como extremamente relevante para disciplinar as atividades profissionais ligadas ao campo da informática.

O autor da proposta, a quem prestamos nossa homenagem, em seu justificativa, apresentou os seguintes argumentos, que ora citamos por considerar importantes para explicar a presente iniciativa:

"Esta proposta de projeto de lei é fruto das sugestões apresentadas por centenas de profissionais de informática em todo o Brasil para valorização do Informata através da regulamentação de sua profissão.

Devido à inexistência de um verbete na língua portuguesa mais adequado para englobar todas as especializações da área de Informática, optamos por empregar o termo Informata como função generalista para referir-se a todas as profissões exclusivas da área de Informática, como Analistas de Sistemas, Analistas de Suporte, Programadores, Engenheiros de Software, Desenvolvedores, Operador de computador e outras atividades correlatas.

A atividade desenvolvida pelo Informata tem presença marcante em inúmeros setores cruciais da economia interna e mundial, como por exemplo: telecomunicações, mercado financeiro (bolsa de valores, financeiras, operadoras de cartão de crédito, bancos), setor de energia, lojas virtuais e sites de compras coletivas, e, sobretudo, no desenvolvimento, execução e acompanhamento no desenvolvimento e implantação de soluções de Tecnologia de Informação em todo o país.

Entendemos que a atividade profissional dos informatas, por oferecer riscos às empresas e usuários, não pode ser entregue a qualquer interessado, desprovido de qualificação. A exigência de qualificação técnica e o estabelecimento de algumas restrições ao exercício profissional de leigos certamente são necessários.

Com a proposta, pretendemos compatibilizar a legislação com a realidade tecnológica em que vivemos, na qual o usuário do computador pode desenvolver seus próprios programas e se





CAMARA DOS DEPUTADOS



conectar com o mundo, com todas as implicações daí decorrentes.

Para tanto, a regulamentação do exercício da profissão é fundamental para que possamos fomentar o reconhecimento da Informática para, assim esperamos, incentivar a educação formal no setor e alavancar o crescimento econômico com profissionais de qualidade.

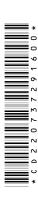
Privilegiamos o profissional da área, reconhecendo seu direito e obrigação de assumir a responsabilidade técnica pelos projetos desenvolvidos em bases profissionais. Estamos certos de que este projeto de Lei fará justiça para com os profissionais da informática, servindo para a valorização dos mesmos e para a excelência na atividade."

Entendemos que o Projeto de Lei é adequado tecnicamente no que tange aos requisitos para o exercício profissional e na delimitação das atribuições, razões pelas quais, pedimos o apoio dos Nobres Pares para a aprovação da matéria.

Sala das Sessões, em de de 2022.

Deputado LUIS MIRANDA

2019-23355





FII	M	n	^	D	^	\sim 1	IN	NTC	١
ГΠ	VI	u	u	ப	u	Lι	JΙV	4 I C	J